

Revista Formadores

Vivências e Estudos

MOSAICO - VALE DO PARAGUAÇU

Volume 10 Número 6 Novembro 2016

ISSN: 2177-7780 • ONLINE ISSN: 1806-5457 • IMPRESSA

Leandro Oliveira Menezes
4menezes@gmail.com

Licenciado em História, Bacharel em Administração e especialista em Gestão da Qualidade. Atualmente é professor na Faculdade Adventista da Bahia - FADBA.

Maycon de Jesus Santos
mayconhistoria87@outlook.com

Licenciado em História e especialista em História e Cultura Afro-brasileira. Atualmente é professor da rede pública estadual da Bahia.

Victor Henrique M. de Oliveira
victorhenriquemartinsde@gmail.com

Graduando do curso de Administração pela Faculdade Adventista da Bahia.

Faculdade Adventista da Bahia
BR 101, Km 197 – Caixa Postal 18
– Capoeiruçu - CEP: 44300-000 -
Cachoeira, BA

Mosaico - Capoeiruçu: Dezembro 2016
Caderno Especial

VALE DO PARAGUAÇU: QUATRO MUNICÍPIOS BAIANOS E A VALIDAÇÃO DE UM NOVO TERRITÓRIO

RESUMO

A forma que o ser humano encontrou para driblar a seleção natural foi utilizar seu potencial reflexivo e de criação para interferir na paisagem. Daí decorrem os significados de cidade e território. O Recôncavo Baiano é um território instituído pelo poder público, a partir de estudos que conferiram certa proximidade às cidades pertencentes, em relação às questões culturais, geoambientais, político-institucionais e econômicos. Entretanto, percebe-se que as políticas públicas não têm alcançado o êxito em relação ao desenvolvimento local no Recôncavo. Para tanto, este estudo objetivou defender, demarcar e denominar um novo território dentro do Recôncavo Baiano. Para alcançar este objetivo, foi necessário construir um referencial teórico que discutisse os conceitos de Cidade, Território, Espaço e Desenvolvimento Econômico Local; definir as cidades de Cachoeira, Maragogipe, Muritiba e São Félix como lócus da pesquisa; e realizar entrevistas com moradores destas cidades, ouvindo suas narrativas e relacionando-as com a história destas localidades. Portanto, é um estudo de caráter qualitativo. Concluiu-se que pela relação histórica, cultural, ambiental e geográfica, dentre outros fatores, é possível um novo recorte territorial, e que, de fato ele já existe, o Vale do Paraguaçu. Este artigo é resultado das discussões semanais do grupo de pesquisa Desenvolvimento Regional Sustentável, vinculado ao Núcleo de Estudos do Recôncavo em Administração e Negócios (NERAN), sediado na Faculdade Adventista da Bahia (FADBA). Adventista da Bahia.

PALAVRAS-CHAVE:

Desenvolvimento local. Território. Vale do Paraguaçu

MENEZES, L. O.; SANTOS, M. DE J.; OLIVEIRA, V. H. M. DE. **Vale do Paraguaçu: quatro municípios baianos e a validação de um novo território.** Revista Formadores - Vivências e Estudos, Cachoeira - Bahia, v. 10, n. 6, p. 7 - 23, nov. 2017.

1. INTRODUÇÃO

A história da criação da maior parte das cidades do Recôncavo Baiano possui relação direta ao período colonial brasileiro. Período este caracterizado pelo domínio português da região, com implementação do latifúndio agroexportador e escravista como forma de organização econômico-política. Nessa região, a produção de cana de açúcar e fumo enriqueceu os latifundiários, aqueceu o comércio internacional, dinamizou o tráfico de africanos escravizados e atraiu o interesse de outros países.

Com o passar dos anos essas cidades sobreviveram às mudanças político-econômico-sociais pelas quais o país passou, de colônia a império e depois de império a república, de escravista ao trabalho assalariado, de agroexportador à implantação de indústrias de substituição de importações. Sobreviveram e sobrevivem no presente sem, contudo, desvincular-se do passado, pois sua arquitetura, a cor de sua gente, a manutenção das elites, entre outros aspectos atestam sua historicidade.

Essa região, portanto, possui em suas raízes muito mais do que a história local. Sua história é parte significativa nas inúmeras histórias individuais, de sujeitos, homens e mulheres, ocupando os mais diversos espaços sociais, assim como na história do Brasil, e seu entendimento é imprescindível para entender os rumos político-econômico-sociais do país. Portanto, pesquisar sobre essa região, independente do foco da pesquisa, é, ao mesmo tempo, um estudo sobre os aspectos locais, mas, sobretudo, um estudo sobre parte da história brasileira.

Tendo em vista que o Recôncavo Baiano é um recorte um tanto extenso, e que tenta pôr em um mesmo território cidades tão distintas entre si, cabe a seguinte problematização: em que medida há a possibilidade das cidades de Cachoeira, Maragogipe, Muritiba e São Félix se reconhecerem como parte de um território, dentro do Recôncavo Baiano?

Nesse sentido, objetiva-se neste artigo defender, demarcar e denominar um novo território dentro do Recôncavo Baiano. Para tanto, o texto apresenta uma possibilidade de desenvolvimento que aproveite as potencialidades destas cidades e de seus habitantes, ou seja endógeno, sustentável e participativo, tornando possível uma melhoria do bem-estar social; identifica características convergentes no potencial de desenvolvimento local das cidades envolvidas; apresenta a história das cidades envolvidas a partir da narrativa da história de vida de quatro sujeitos residentes nestes municípios.

A presente pesquisa surgiu a partir das discussões semanais do grupo de pesquisa "Desenvolvimento Regional Sustentável", vinculado ao Núcleo de Estudos do Recôncavo em Administração e Negócios (NERAN), sediado na Faculdade Adventista da Bahia (FADBA). O grupo de pesquisadores vem amadurecendo as discussões acerca do desenvolvimento regional com foco em traduzir os esforços acadêmicos em ideias/ações que melhorem a vida nos municípios circunvizinhos à faculdade. Com este propósito temas como "Cidade Criativa", "Empreendedorismo", "Psicologia Social" tem sido objeto das pesquisas.

As leituras e reuniões do ano de 2016/2017 levou o grupo a amadurecer a ideia, e, através deste artigo, defendê-la. Trata-se do desejo de criar um novo território, dentro do Recôncavo Baiano, contemplando os

municípios de Cachoeira, Maragogipe, Muritiba e São Felix, sustentado na premissa de um desenvolvimento econômico local.

Apresenta inicialmente uma breve discussão teórica sobre território e desenvolvimento econômico local assentado em autores caros ao nosso grupo de pesquisa, em especial Milton Santos e Ignacy Sachs. A pesquisa de campo foi resultado de um minucioso estudo das narrativas de sujeitos residentes nos municípios envolvidos. Estes atores sociais viveram, conviveram, sentiram, amaram, esqueceram, memorizaram e selecionaram fatos que nos foram relatados e, nós, pudemos organizar suas memórias de modo a compreender um pedaço significativo da história destes municípios. Logo, é uma pesquisa de caráter qualitativo.

De posse das narrativas pudemos cruzar as histórias com informações obtidas a partir de estudos anteriores sobre estes municípios possibilitando um ambiente de entendimento sobre as particularidades e similaridades destes locais, para então defender a criação deste novo território que denominamos Vale do Paraguçu.

2. CIDADE, TERRITÓRIO E ESPAÇO

Apesar das concepções de país e estado, as pessoas, em última instância, residem nas cidades e é neste espaço que aprendem a viver coletivamente, absorvem a cultura e, em certa medida, reproduzem-na e alteram-na. A cidade, enquanto ente da organização política brasileira, e não no sentido de urbano apenas, possui traços físicos que lhe conferem características visíveis de permanências e transformações em sua historicidade, e traços subjetivos que confirmam seu caráter social.

Para Rolnik (2009), a cidade não pode ser vista apenas como um aglomerado de coisas e pessoas, para ela a cidade é produzida a partir da imaginação do esforço da coletividade, e que, por isso, há nas cidades um alfabeto a ser lido e traduzido. As ruas e avenidas, a disposição das edificações, e demais elementos materiais presentes são sobretudo registros, uma escrita, de sua própria história (ROLNIK, 2009).

Em sendo um registro, uma escrita, um alfabeto, é fruto da intervenção consciente, ou não, de pessoas, e a própria apropriação e percepção sobre ela é subjetiva.

A arquitetura da cidade é ao mesmo tempo continente e registro da vida social: quando os cortiçados transformam o palacete em maloca estão, ao mesmo tempo, ocupando e conferindo um novo significado para um território; estão escrevendo um novo texto. É como se a cidade fosse um imenso alfabeto, com o qual se montam e desmontam palavras e frases (ROLNIK, 2009, p. 18).

A autora afirma que é a utilização dos bens materiais pelos sujeitos que confere os significados ao território, portanto, a priori, há uma historicidade das coisas, mas a funcionalidade delas é dada pela interação/apropriação social. Um palacete, no exemplo citado, é reinventado em maloca a partir da ocupação de determinados sujeitos. Há uma relação de pertencimento dos sujeitos que a habitam, proporcionando um processo indenitário.

O território ao longo dos anos sofreu e sofre organizações e reorganizações do espaço numa resposta direta às necessidades produtivas (SANTOS, 2014). A compreensão correta do que seja território, possibilita o entendimento das relações existentes entre os bens físicos e as pessoas. Território, portanto, é um espaço organizado socialmente (SANTOS, 2014 e ZAPATA, 2007). Significa lugares e pessoas interagindo, uma referência indenitária cultural e histórica, com suas nuances econômicas, sociais, institucionais, políticas, etc. (ZAPATA, 2007).

Com o passar dos anos os habitantes de uma cidade, de um território, acostumam-se com o movimento de pessoas que chegam ou saem, nascem ou morrem, e com as mudanças e permanências do quadro físico. Entretanto, ao desnaturalizarmos o olhar perceberemos que as mudanças ocorrem por que as concepções de beleza, de estética, de objetivos mudam, e estas são consequência direta dos novos arranjos sociais que se formam.

Existe uma superposição de histórias em cada rua, em cada lugar, em cada cidade, em cada território. E os processos por trás das mudanças ou permanências podem ser consequência de movimentos locais ou globais, de curto, médio e longo prazos, tendo em vista que os espaços estão interligados globalmente (SANTOS, 2014).

Aquele que observa a cidade, a grosso modo, como uma tela, sem movimento, sem apropriações de território, sem vida, vê apenas a paisagem. A paisagem é, pois, segundo Santos (2014), diferente de espaço.

A primeira é a materialização de um instante da sociedade. Seria, numa comparação ousada, a realidade de homens fixos, parados como numa fotografia. O espaço resulta do casamento da sociedade com a paisagem. O espaço contém o movimento. Por isso, paisagem e espaço são um par dialético. Complementam-se e se opõem (SANTOS, 2014, p. 79).

Em diversos momentos Santos (2014) defende que há vida no espaço, no território, e mesmo na paisagem. Ou seja, há uma intervenção contínua e ininterrupta do ser humano sobre a natureza e as demais coisas que o cercam. Em sua concepção a cidade é formada por múltiplos territórios e espaços que funcionam como impulsionadores do desenvolvimento e melhoramento de técnicas (SANTOS, 2014).

Outro aspecto relevante é o fato da cidade poder ser compreendida por sua relação com o modo de produção instalado. Surge juntamente com o excedente de produção, e, por consequência, com o mercado, assumindo a função de local fixo de moradia e trabalho (ROLNIK, 2009). Esse viés de compreensão da cidade apresenta uma face do desenvolvimento, o excludente, tendo em vista o modelo econômico atual, que distancia os

cidadãos da participação direta nas decisões, consumo e riqueza (SACHS, 2008).

3. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL

Apesar da economia conceituar desenvolvimento como sendo o “aumento do fluxo de renda, isto é, incremento da quantidade de bens e serviços, por unidade de tempo, à disposição de determinada coletividade” (FURTADO, 2016, p. 105), vários economistas criticam esta abordagem tendo em vista que fatores culturais, problemas como a distribuição de renda e as imperfeições do mercado precisam ser levadas em consideração quando se trata de avaliar desenvolvimento (FURTADO, 2016).

Considera-se, portanto, que desenvolvimento econômico não é o mesmo que crescimento econômico. Enquanto o crescimento econômico é uma característica alcançada a partir da oscilação do Produto Interno Bruto (PIB) de um país, o desenvolvimento econômico prescinde de modificações estruturais na sociedade, de modo que melhore o nível de bem-estar da população, alcance mais eficiência das estruturas produtivas e fortaleça as instituições (TEBCHIRANI, 2011; SACHS, 2008).

Para estes autores o termo desenvolvimento econômico necessariamente pressupõe a existência de um modelo em que seja possível alavancar a economia associado ao crescimento na qualidade de vida da população. Portanto, os objetivos de governo voltados ao desenvolvimento econômico devem ser cada vez mais voltados à busca da igualdade, reduzindo distorções sociais, em vez de maximizar o crescimento do PIB (SACHS, 2008).

Justamente devido às crises pelas quais o sistema econômico capitalista vem passando, apesar de sua hegemonia, é que tem gerado questionamentos quanto aos benefícios sociais que este pode trazer. Por um lado, os países interdependentes se fortalecem a partir das relações políticas e econômicas, facilitando transações comerciais, incentivando o investimento internacional, reduzindo barreiras ao turismo, possibilitando financiamento e empréstimos internacionais. Por outro, essa aproximação expõe os países à reação em cadeia, de modo que uma grave crise econômica em um país, ou mesmo uma especulação que gere uma saída acelerada de capital no mercado de ações, pode comprometer a saúde financeira de uma nação e dos mercados parceiros.

Neste cenário que se desenha, alguns estudiosos aventam a ideia de uma globalização às avessas, uma ‘desglobalização’. Ou seja, que países passem a retomar a atenção prioritária ao seu mercado interno, reduzindo sua dependência de importação e exportação, e, portanto, reassumindo sua autonomia quanto aos rumos do país. “No que tem sido qualificado de paradoxo global, assistimos a uma revalorização dos territórios locais” (DOWBOR e POCHMANN, 2010, p. 6). Em outras palavras, têm aumentado o número de pesquisadores que defendem o desenvolvimento regional/local como uma estratégia possível para o crescimento sustentável e com mais equidade.

Santos (2007) afirma que o sistema econômico capitalista passará por mudanças em suas bases e que pode ser possível extrair desse momento de crise um novo modelo de organização social. Sachs (2008), corrobora com Santos, e denuncia os problemas que o paradigma capitalista criou para a vida em sociedade. Sugere ele que os dois principais são o desemprego em massa e as crescentes desigualdades, e que a agenda do momento é dedicar atenção às iniciativas que visam o desenvolvimento sustentável. Nesse sentido,

A transição para o desenvolvimento sustentável começa com o gerenciamento de crises, que requer uma mudança imediata de paradigma, passando-se do crescimento financiado pelo influxo de recursos externos e pela acumulação de dívida externa para o do crescimento baseado na mobilização de recursos internos, pondo as pessoas para trabalhar em atividades com baixo conteúdo de importações e para aprender a *'vivir com lo nuestro'* (SACHS, 2008, p.17).

A direção que parece ser a mais acertada para reduzir as consequências desastrosas de anos sob a égide do capitalismo agressivo é o crescimento a partir da mobilização de recursos internos. A maioria das pessoas trabalham para o mercado interno, portanto revitalizá-lo é uma das melhores, se não a única, saída para recuperar as economias (SACHS, 2008).

Zapata (2007) conceitua este modelo proposto como desenvolvimento territorial endógeno tendo em vista que este possui como premissa que os territórios possuem recursos pouco explorados, mas com alto potencial. Recursos humanos, culturais, ambientais, e tantos outros que se bem explorados possibilitariam uma alavancagem econômica do território, melhorando a vida das pessoas comuns. Este modelo de desenvolvimento propõe também uma maior participação social, mais equidade e mais sustentabilidade, pois é um projeto intencional dos atores sociais de um determinado território.

Hoje entendemos que existem várias territorialidades que precisam se articular de maneira mais inteligente, e nessa diversidade o território local surge como um grande potencial subutilizado, na medida em que permite políticas diversificadas segundo as diferentes situações e uma articulação dos diversos atores locais visando processos de decisão mais participativos e mais democráticos, além da maior produtividade sistêmica do território (DOWBOR e POCHMANN, 2010, p.6).

Entretanto, mudar paradigmas não é fácil. Migrar de uma concepção que facilita os processos para as grandes empresas e que burocratiza, dificultando a abertura e manutenção das microempresas, para uma que vê o mercado interno como prioridade, vê os pequenos empreendimentos como catalizadores econômicos e ver os cidadãos como sujeitos capazes de participar dos processos decisórios, não parece nada fácil. Em outras palavras, uma postura de gestão descentralizada e democrática não parece ser a atitude mais comum entre os gestores públicos. É o que alerta Sachs (2008) quando apresenta o desenvolvimento inclusivo em oposição ao desenvolvimento excludente de participação no consumo e concentrador de renda e riqueza.

Depreende-se, portanto, que desenvolvimento econômico local é viável na medida em que se apresente de modo sustentável e com participação social. A sustentabilidade assentada em cinco pilares: social,

ambiental, territorial, econômico e político (SACHS, 2008) e com participação da sociedade de modo a efetivar “o território como o espaço privilegiado da formação do cidadão e da cidadã” (ZAPATA, 2007, p.29).

Ainda hoje a maioria dos cidadãos continuam praticamente excluídos dos projetos de desenvolvimento, e, por isso mesmo, o “empoderamento das comunidades e a abertura de espaços para a democracia direta constituem a chave para as políticas de desenvolvimento” (SACHS, 2008, p.62).

4. METODOLOGIA

Para realização de uma pesquisa Marconi e Lakatos (2010) sinalizam a necessidade de definir um método de abordagem e método de procedimento. O primeiro “caracteriza-se por uma abordagem mais ampla [...] dos fenômenos da natureza e da sociedade [...]”, e o segundo “seriam etapas mais concretas da investigação [...]” (MARCONI e LAKATOS, 2010, p. 88). Nesse sentido, para este estudo pretende-se utilizar enquanto método de abordagem, o método dialético, por estar assentado na dialética, na compreensão de que os fenômenos não existem isolados, as mudanças são processuais e constantes, e enquanto método de procedimento, os métodos histórico e funcionalista. O primeiro consiste na busca pela historicidade das instituições, acontecimentos e processos, enquanto o segundo propõe-se a analisar a complexidade das relações sociais em suas ações e reações (MARCONI e LAKATOS, 2010).

O *locus* da pesquisa são as cidades de Cachoeira, Maragogipe, Muritiba e São Félix. Para alcançar os objetivos deste estudo, para além de construir um referencial teórico coeso e respaldado em autores que discutam a temática, foi necessário utilizar como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada, pautando-se na história oral e história de vida de sujeitos comuns que possuem sua vivência neste espaço, e sua interpretação do mesmo. É, portanto, uma pesquisa de caráter qualitativo.

Foram entrevistados moradores, escolhidos aleatoriamente, de cada uma das cidades. Os dois únicos requisitos para utilizar a entrevista era que o sujeito fosse morador da cidade e tivesse mais que 50 anos, por compreendermos que provavelmente tenham presenciado mais mudanças em seu entorno. As entrevistas ocorreram em diferentes espaços, sempre deixando o entrevistado o mais à vontade possível, nesse sentido, o bar, a casa, o restaurante, a praça e a rua se tornaram ambientes propícios à emergência de memória.

Compreende-se memória como a “propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (LEGOFF, 2013, p. 387). Foi dado foco, neste estudo à memória oral, pois “a História oral permite o registro de testemunhas e o acesso a ‘histórias dentro da história’ e, dessa forma amplia as possibilidades de interpretação do passado” (ALBERT *apud* PINSKY, 2006, p.155).

5. ANÁLISE DE RESULTADOS

5.1 Histórias cruzadas

5.1.1 Dona Antônia¹ em Cachoeira

As oportunidades de emprego aqui são muito poucas. Se você ficar aqui em Cachoeira sua vida não vai pra frente. O negócio é ir para Salvador para conseguir um emprego lá e ir trabalhar (DONA ANTONIA, 2017).

A cidade de Cachoeira é destaque na mídia quando se trata das questões culturais na Bahia, entretanto não consegue melhorar a qualidade de vida dos seus moradores. Este é o cerne da denúncia feita por Dona Antônia quando afirma ser necessário ir para Salvador caso queira um bom emprego. Dona Antônia, uma senhora, de voz trêmula, e semblante cansado gosta da sua cidade, mas não gosta do que vê. Um longo percurso separa a antiga da nova Cachoeira.

As expedições portuguesas, do século XVI, no Brasil, alteraram significativamente a paisagem, em outras palavras povoaram, desmataram, construíram e expulsaram/mataram grupos indígenas em todo o lado leste do país. Por outro lado, boa parte das cidades baianas, em especial as cidades do recôncavo surgiram neste momento, como consequência da criação dos engenhos de cana de açúcar. De freguesia à vila, e, posteriormente, à cidade. A grande economia cachoeirana era movida pela agricultura, pecuária e também como entreposto comercial, um centro logístico, pois esta região ligava as principais províncias do Brasil colônia. A vila de Cachoeira é elevada à categoria de cidade no ano de 1837, mesmo ano em que foi sede do governo provisório durante a Sabinada².

Apesar de todo o seu crescimento, a cidade de Cachoeira ainda no século XIX, sofre a sua primeira grande crise econômica. Como consequência houve a perda de um quarto da sua população que se retirou em êxodo para outras cidades, em especial para Salvador. Passada a crise do século XIX, a cidade seria abalada por mais dois períodos de crise no século XX, sendo um no ano de 1924 que foi ocasionada por dois motivos diferentes: 1) Um problema que atingiu a indústria fumageira e o 2) A reestruturação do sistema viário estadual, que veio a marginalizar seu porto, principal escoador dos produtos cachoeiranos. Já em meados da década de 40 a economia foi abalada, e dessa vez afetou vários setores, como: o transporte ferroviário e o

1. Apesar de não terem solicitado a preservação de suas identidades, nesta pesquisa não será indicado o nome dos entrevistados, utilizar-se-á um pseudônimo.

2. Informação extraída do site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=290490&search=||infográficos:-histórico>. Acessado em: 07 de nov. de 2017.

pluvial que se tornaram obsoletos devidos a política desenvolvimentista nacional em prol das rodovias e mais uma vez a indústria fumageira foi afetada ocasionando o fechamento de várias fábricas que beneficiavam esta matéria-prima³.

Dona Antônia têm visto pouco movimento na cidade que antes já foi tão importante para a economia do estado e do país. Percebe também outras mudanças e destaca algumas: “as construções. Hoje estão construindo casa em tudo que é lugar... lugares que antigamente eram só mato estão tudo virando favelas... um monte de casas uma em cima da outra”.

Apesar de Cachoeira ter prédios tombados por sua relação histórica, alguns terrenos, que antes abrigavam uma mesma família, dão lugar a terrenos de menor metro quadrado, para abrigar mais famílias. Este processo é também reflexo das sucessivas crises que abateram a região.

Ela ainda relata que a pavimentação das ruas mudou muito a ‘cara’ da cidade, mas com o desenvolvimento vieram coisas ruins, a violência e a droga. Segundo a mesma, não se pode dormir mais de janelas abertas, os mais velhos não são mais respeitados e o número de usuários de drogas cresceu assustadoramente. Ela, inclusive, apresenta a chegada da universidade Federal do Recôncavo Baiano – UFRB como o motivo que desencadeou o aumento das drogas e criminalidade na cidade.

Na conversa com Dona Antônia fica claro que há uma certa rivalidade entre Cachoeira e São Félix, mas pontua que a movimentação de pessoas para estudo, comércio e outras atividades, entre essas cidades é intensa, estendendo também para Maragogipe e Muritiba. Em sua fala surge dados que insinuam ter a cidade potenciais não explorados pelo poder público, e ela destaca o turismo como um setor de grande potencial para a cidade.

5.1.2 ‘Seu’ Amilton em Maragogipe

Na minha opinião, ela não cresceu[...] ela parou[...] ela tá parada... parou aí. Cresceu em quê? Em habitante [...] número de habitante, entendeu? Mas em desenvolvimento [...]. Aqui é aquela cidade [...] aquele ditado que se usa, Maragogipe teve (AMILTON, 2017).

‘Seu’ Amilton, um senhor solícito, de semblante firme, e voz calma, de quase setenta anos, morador de Maragogipe, filho de pais também nascidos na cidade, nunca quis deixar a cidade, mas pela necessidade de conseguir um melhor trabalho morou em Salvador. Em diversos momentos de sua fala há tristeza, há saudosismo, mas há nuances de esperança. Sob uma leitura desatenta parece que são contraditórias a ideia de permanecer ali e a percepção de que a cidade não vai se desenvolver, mas a história de vida de Seu Amilton explica sua forma de pensar. Uma história de pertencimento e de percepção sobre as mudanças do seu entorno.

Assim como as demais cidades da região, a formação da cidade de Maragogipe tem relação com o período

3. Idem.

da colonização portuguesa, no século XVI. Esta localidade chamou a atenção por sua localização às margens do rio Paraguaçu, o que possibilitava a acessibilidade para embarcações de portes médio e grande para escoamento da produção agrícola. Ascende à categoria de cidade em 1850. O nome Maragogipe é derivado do nome Marag-gyps, nome do grupo indígena que vivia na região⁴.

Economicamente a cidade Maragogipe se manteve na prática da agricultura durante muito tempo. Seu solo favoreceu as culturas da cana-de-açúcar e do fumo. Seu crescimento esteve atrelado ao desenvolvimento da capital do estado. Havia a necessidade de integrar os diversos municípios com a capital, para tanto desenvolveu-se uma rede pluvial de abastecimento dos engenhos, e o porto de Maragogipe era uma importante localidade. Apesar da sua importância no processo de abastecimento das cidades a rede pluvial de Maragogipe, foi perdendo seu espaço comercial para as cidades vizinhas como Cachoeira e Santo Amaro, que já contavam com as linhas ferroviárias, que barateavam e agilizavam o processo de transporte até a cidade de Salvador (PEREIRA, 2014).

Dessa maneira, a cidade de Maragogipe direcionou sua economia para a indústria do fumo, principal atividade até meados dos anos 90, quando essa atividade econômica entra em declínio, provocando o êxodo de boa parte da população para capital baiana. Este processo provocou o enfraquecimento da economia local, que só vai ganhar um novo fôlego com o investimento na indústria naval, que se concretiza parcialmente com a instalação do Estaleiro Enseada do Paraguaçu.

Para 'Seu Amilton' o passado de Maragogipe, leia-se o passado vivido por ele na cidade, possui variados aspectos, positivos e negativos. Segundo ele, vivia-se "um sossego de um paraíso", em que desenvolvimento e natureza estavam dispostos para benefício de todos, sem grandes conflitos. Mas, ele relata que ao longo dos anos tudo mudou "o clima, o meio ambiente, o desenvolvimento todo, muitas coisas que não serve pra Maragogipe. Não serve, nem vai servir". Ele estava se referindo a um dos maiores problemas sociais da atualidade dentro e fora do recôncavo, as drogas. Ele afirma ainda que a situação piorou após a instalação do Estaleiro Enseada do Paraguaçu.

O processo de construção do Estaleiro Enseada do Paraguaçu iniciou-se em 2010, sendo essa obra incentivada pelo crescimento da indústria petrolífera brasileira. Devido a sua localização geográfica a cidade de Maragogipe foi contemplada com a construção desse empreendimento, que protagonizou um aumento significativo do PIB da cidade, abertura de postos de trabalho direta e indiretamente ligados ao estaleiro. Entretanto, a crise do setor iniciada em 2015 provocou a desativação e com ela o fechamento de várias empresas, e por consequência a demissão de muitas pessoas (PEREIRA, 2014).

Para 'Seu Amilton' o dinheiro chegou à cidade, com ele o desenvolvimento do comércio, mas também o aumento do tráfico de drogas. Entretanto, quando do fechamento das atividades do estaleiro, as drogas não recuaram, e a cidade vive um recrudescimento, pois, segundo ele diversas instituições têm fechado suas portas na cidade, agências bancárias, fórum, dentre outras.

4. Informação extraída do site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=292060&search=bahia|maragogipe|infograficos:-historico>. Acessado em: 07 de nov. de 2017.

A cidade sobrevive, e segundo 'Seu Amilton', a partir da pesca, da aposentadoria e das pessoas que trabalham fora. De um modo geral, há um trânsito contínuo com as cidades de Cachoeira e São Félix, seja para estudo como também para trabalho. Mas ele ainda acredita ser possível desenvolver a cidade novamente, incrementando outros setores da economia e resgatando o prestígio que o município possuía, proporcionando que as pessoas possam trabalhar por ali mesmo, em boas condições.

5.1.3 Dona Tereza em Muritiba

Ave Maria[...] não saio daqui por nada. Minha igreja [...] vou pra igreja [...] Tem muita coisa ruim acontecendo[...] droga[...] hospital tá difícil às vezes[...] mas minha praça de tarde[...] a Festa do Bonfim é nossa história[...] saio daqui não, só quando Deus me levar (DONA TEREZA, 2017).

Dona Tereza, idosa, de corpo debilitado, poucas falas, mas de imenso respeito por sua cidade, não quer de jeito nenhum abandonar sua cidade. Apesar de perceber as mudanças ao longo do tempo, prefere admirar as permanências. E foram muitas mudanças desde que a cidade foi concebida.

A cidade de Muritiba começou a ser colonizada por volta do ano de 1559, quando a Companhia de Jesus e alguns exploradores passaram a desbravar aquelas terras com intuito de fixar uma povoação e explorar as riquezas existentes. Muritiba já foi distrito de Cachoeira e de São Félix, até que em 1922 eleva-se à categoria de cidade. Assim como Cachoeira, Maragogipe e São Félix, a cidade de Muritiba também se destacou na luta pela independência⁵.

Hoje a economia da cidade de Muritiba provém basicamente das atividades agrícolas e da prestação de serviço. Dona Tereza, acrescenta a essa lista de atividades que movimentam a economia, a aposentadoria. Dinheiro este injetado na economia local e, para muitos municípios baianos, a principal fonte de recursos.

Dona Tereza, apesar de falar pouco, faz denúncias importantes. A primeira delas é sobre as drogas. Para ela, o aumento das drogas e da violência possui uma relação direta, ela percebe, inclusive, que mais jovens tem morrido nos últimos anos. A calma moradora aponta problemas na saúde e no governo, que ela não vê como vão solucionar.

Mas, o cerne da fala de Dona Tereza está em sua felicidade por morar naquele local, mantendo sua religiosidade, podendo ver seus filhos e netos crescerem ao seu redor. Quando questionada sobre a relação da cidade com as demais ao redor ela afirma que ela mesmo sai pouco, ou quase nunca, mas que tem filha que trabalha em Cachoeira e netos estudando por lá.

5. Informação extraída do site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=292230&search=bahia|muritiba|infograficos:-historico> e do site da prefeitura <http://www.muritiba.ba.gov.br/historia>. Acessado em: 07 de nov. de 2017.

5.1.4 Seu José em São Félix

Isso aqui nunca mudou e nunca vai mudar não, Deus me perdoe[...] isso aqui tudo que entra é só pra [...] dar o baculejo[...] teve mudança de nada isso aqui não, isso aqui não vai pra canto nenhum, Deus me perdoe[...] sou filho daqui, nascido e criado aqui, mas isso aqui não vai pra canto nenhum[...] (JOSE, 2017).

‘Seu José’, um senhor negro, de cabelos brancos, de quase setenta anos, de andar lento, olhar distante, e de ideias firmes, não acredita mais no desenvolvimento da cidade de São Félix. Em suas palavras há saudosismo e raiva quanto ao marasmo que a cidade está acometida, a ponto de expressar sua indignação com mudanças no volume e tom de voz.

A cidade de São Felix, assim como as demais, tem suas origens no século XVI. Inicialmente, local dos Tupinambás, foi sendo construído à base da mão de obra escravista. Possui em sua historicidade fatos que enchem seu povo de orgulho, um deles é a participação decisiva na luta e confirmação da independência. Em 1890 é que se torna cidade.

Devido ao constante crescimento que cidade de São Félix teve, a partir do século XVII até meados do século XX, a cidade constituiu um belo conjunto arquitetônico que devido a sua importância histórica foi tombado, no ano de 2010, com isso o turismo se tornou uma fonte econômica para a cidade.

Apesar de sua recorrente ideia de não haver como resgatar a economia do lugar, ao ser questionado onde deveriam ser colocados recursos para desenvolver São Felix o mesmo não titubeou. Acredita ele, que deveriam ser injetados recursos no setor industrial. Em suas palavras, “deveria colocar uma indústria aqui. Colocar uma indústria por que aí desenvolve pro povo ganhar o dinheiro, né? Mas se botar o dinheiro na mão desses aí já era, já foi”.

Cidade Industrial, assim ficou conhecida a cidade em São Félix, nos séculos XIX e XX, devido à presença de indústrias, manufaturas e armazéns que movimentavam a economia local. A principal produção industrial da região era a indústria fumageira, que chegou a ser a principal produtora e exportadora de charutos do Brasil. Entretanto, no final da década de 1940 a economia de São Félix, começou a enfraquecer, proporcionando assim o fechamento de várias indústrias e contribuindo para a saída da sua população para cidades como a Capital Salvador⁶.

Em outro trecho da entrevista ‘Seu José’, marceneiro de mão-cheia como ele próprio diz, indica que já morou fora – Salvador, São Paulo e Bom Jesus da Lapa – mas regressou à sua cidade. Mesmo ele negando que existam aspectos positivos na cidade, o fato é que tendo trabalhado em tantos lugares não haveriam motivos para regressar à cidade natal se não houvesse um sentimento de pertencimento e/ou de orgulho com a história do lugar.

Ele sinaliza, entre suas queixas, que Cachoeira, Maragogipe, Muritiba e São Félix são cidades de muita semelhança. Seu José ao falar da semelhança com Cachoeira, diz: “O lado de lá e o lado de cá não tem nada

6. Informação extraída do site da Prefeitura de São Felix. Disponível em: <http://www.saofelix.ba.gov.br/historia>. Acessado em: 07 de nov. de 2017.

de diferente. A diferença que tem é só em comércio mesmo". Chega ao ponto de dizer que não haveria problemas se elas virassem uma única cidade. E ao tratar de Maragogipe e Muritiba afirma: "eu já andei trabalhando aí eu não vejo diferença nenhuma".

5.2 Vale do Paraguaçu: Uma possibilidade

Entre os anos de 2003 a 2006 foram efetivados estudos na Bahia com o intuito de instituir territórios para fomentar o desenvolvimento rural da região. Estes estudos foram consequência de ações integradas ao Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Territorial, que por sua vez integra o Ministério do Desenvolvimento Agrário (BAHIA, 2015).

A análise feita pelos pesquisadores voltava-se à percepção dos aspectos culturais, geoambientais, político-institucionais e econômicos. A necessidade da observância de múltiplos aspectos tinha relação com o conceito de território que o grupo defendia. Para eles território é pertencimento, nesse sentido, o trabalho do grupo não seria de criar territórios, mas de identifica-los e nomeá-los, pois, a premissa é de que as relações sociais preexistem e são uma premissa e uma restrição (BAHIA, 2015). Em outras palavras

O território é conceituado como um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão social, cultural e territorial (BAHIA, 2015, p. 3).

Ao todo o grupo, com a ajuda de representante das comunidades, catalogou vinte e cinco territórios rurais. Entretanto, em 2007 o governo baiano decidiu adotar esta divisão territorial para fins de melhor planejamento e definição de políticas públicas, portanto redefiniu o escopo conceitual para integrar também áreas urbanas, e incluiu mais um território. Houve também uma alteração da nomenclatura, dessa forma os territórios rurais passaram a ser chamados Territórios de Identidade (BAHIA, 2015).

Nos anos seguintes não houve grandes alterações na divisão, apenas a instituição de mais um território, em 2012 (BAHIA, 2015), totalizando-se vinte e sete, como apresenta a figura 1.

MAPA 1 - TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE DA BAHIA, 2012

TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE

- 01 - IRECÊ
- 02 - VELHO CHICO
- 03 - CHAPADA DIAMANTINA
- 04 - SISAL
- 05 - LITORAL SUL
- 06 - BAIXO SUL
- 07 - EXTREMO SUL
- 08 - MÉDIO SUDOESTE DA BAHIA
- 09 - VALE DO JEQUIRIÇÁ
- 10 - SERTÃO DO SÃO FRANCISCO
- 11 - BACIA DO RIO GRANDE
- 12 - BACIA DO PARAMIRIM
- 13 - SERTÃO PRODUTIVO
- 14 - PIEMONTE DO PARAGUAÇU
- 15 - BACIA DO JACUIPE
- 16 - PIEMONTE DA DIAMANTINA
- 17 - SEMI-ÁRIDO NORDESTE II
- 18 - LITORAL NORTE E AGRESTE BAIANO
- 19 - PORTAL DO SERTÃO
- 20 - VITÓRIA DA CONQUISTA
- 21 - RECÔNCAVO
- 22 - MÉDIO RIO DAS CONTAS
- 23 - BACIA DO RIO CORRENTE
- 24 - ITAPARICA
- 25 - PIEMONTE NORTE DO ITAPICURU
- 26 - REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR
- 27 - COSTA DO DESCOBRIMENTO

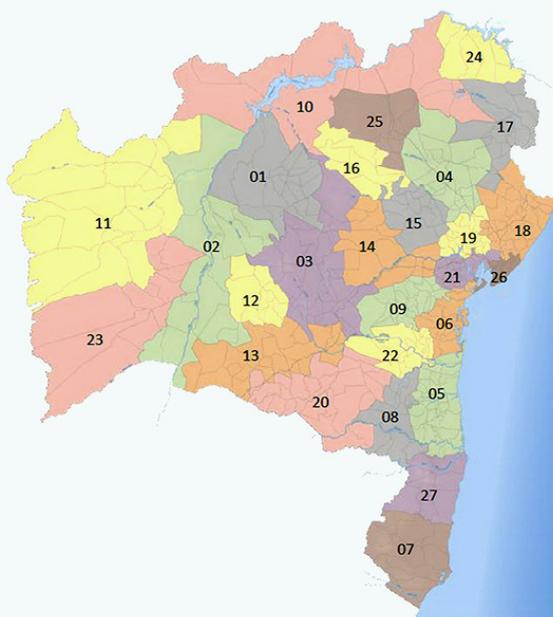


Figura 1 – Territórios de Identidade

Fonte: Extraído de Bahia (2015)

O Recôncavo Baiano (indicado pelo número 21 na figura 1) é um desses territórios. Pertencentes a ele estão os municípios de Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, D. Macedo Costa, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Santo Amaro, Santo Antonio de Jesus, São Felipe, São Félix, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passe, Sapeaçu, Saubara e Varzedo.

Apesar do esforço e metodologia participativa empregada, o recorte “Recôncavo”, põe em um mesmo território cidades que estão em certa medida distantes geograficamente e, principalmente distantes em suas características arquitetônicas, históricas, de trânsito rotineiro de moradores e de potencialidades culturais e econômicas. A cidade de Santo Antonio de Jesus, por exemplo, em relação a Cachoeira se difere em muitos aspectos.

Estas discrepâncias que mais afastam que aproximam algumas destas cidades, impactam na idealização e efetivação de políticas públicas, e estas, por sua vez, não têm conseguido viabilizar o desenvolvimento econômico das localidades. Para tanto, reconhecer o Vale do Paraguaçu⁷ é uma possibilidade de institucionalizar um território que de fato já existe. Há um intenso movimento de moradores para comércio, estudo, atividades religiosas e culturais, e há potencialidades pouco exploradas e problemas integrados nesta região.

7. Nomenclatura criada pelo grupo de pesquisa “Desenvolvimento Regional Sustentável”, vinculado ao Núcleo de Estudos do Recôncavo em Administração e Negócios – NERAN, sediado na Faculdade Adventista da Bahia – FADBA. Integram o Vale do Paraguaçu as cidades de Cachoeira, Maragogipe, Muritiba e São Felix.

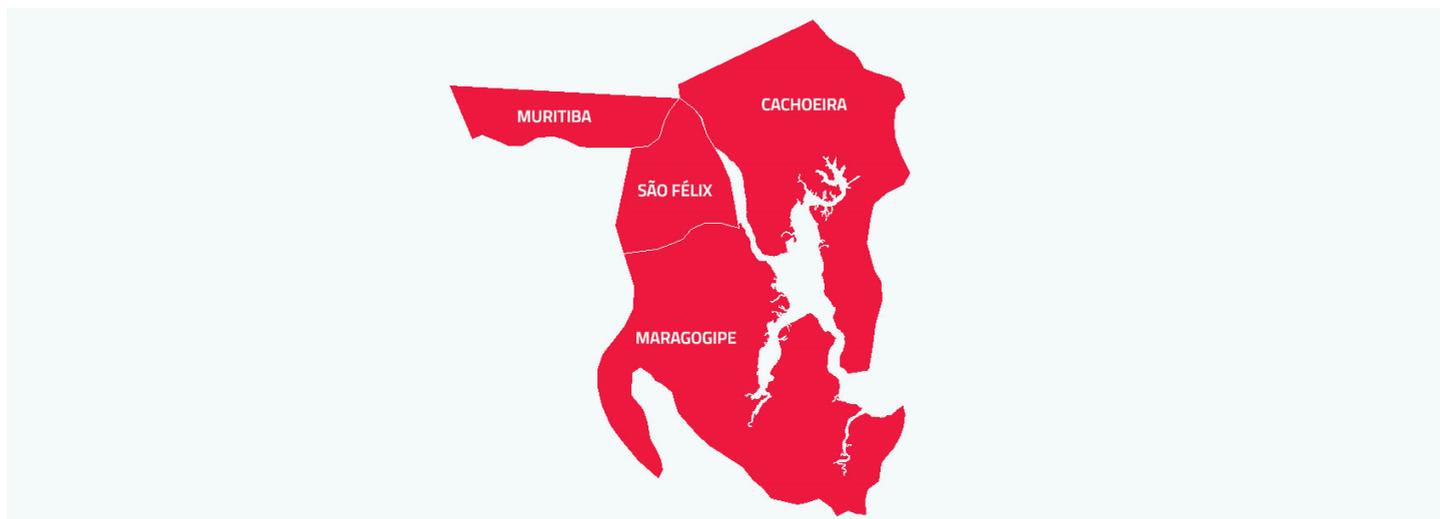


Figura 2 – Vale do Paraguaçu

Fonte: Elaboração própria (2017)

Garantir que o Vale do Paraguaçu, com as cidades de Cachoeira, Maragogipe, Muritiba e São Félix, se institucionalize é favorecer o desenvolvimento destas localidades a partir do que elas podem oferecer, de seus próprios recursos ambientais, urbanísticos, humanos, turísticos dentre outros, fomentado pelas políticas públicas. Além de que ações conjuntas minimizam limitações que possam existir em cada uma dessas cidades.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A forma que o ser humano encontrou para driblar a seleção natural foi utilizar seu potencial reflexivo e de criação para interferir na paisagem. Daí decorrem os significados de cidade e território. O Recôncavo Baiano é um território instituído pelo governo, a partir de estudos que conferiram certa proximidade às cidades pertencentes, em relação às questões culturais, geoambientais, político-institucionais e econômicos.

A definição do território, pautada não na criação, mas na leitura das relações que já existem é condição básica para que este se efetive e alcance os objetivos propostos. A concepção do Recôncavo Baiano viabilizou um olhar mais segmentado das políticas públicas para essa região, entretanto, a partir das entrevistas com moradores das cidades de Cachoeira, Maragogipe, Muritiba e São Félix, fica perceptível que há pouco, ou não há, desenvolvimento destas.

A proposta deste artigo é defender, demarcar e denominar um novo território dentro do Recôncavo Baiano, denominado Vale do Paraguaçu, pois acredita-se que um recorte territorial mais específico possa favorecer

o desenvolvimento local. Observando-se os aspectos culturais, geoambientais, político-institucionais, econômicos e, acrescentando, históricos, estes municípios guardam sua individualidade, mas, sobretudo, externam sua semelhança e estreita relação.

Neste território há produções artesanais, artísticas ou não, produzidas pelas comunidades urbanas, rurais e quilombolas, por exemplo: azeite de dendê, cocada, tapetes, cerâmica, escultura em madeira, xilogravura. Sendo institucionalizado, o Vale do Paraguaçu possuirá um enorme potencial turístico, por exemplo: turismo ambiental – reconhecimento da vegetação local, visita a mangues, cachoeiras, passeio pelo rio; turismo histórico – visita a ruínas, a prédios tombados, museus; turismo religioso – visita a igrejas católicas e protestantes, terreiros de umbanda e candomblé, templo budista.

As polícias civil e militar poderão ter projetos de intervenção mais acertados para este novo território, viabilizando o combate a violência e às drogas em parceria com as instâncias de saúde. Efetivando programas comunitários para permitir que os sujeitos da região possam se pronunciar, sugerir e criticar.

As possibilidades que se abrem são inúmeras, mas é preciso não perder de vista que as mudanças devem ser pensadas com e para a comunidade, e vir não para enriquecer poucos, mas para melhorar a qualidade de vida de muitos, elevar o nível de bem-estar social.

REFERÊNCIAS

BAHIA. Secretaria de Planejamento (SEPLAN). **Política territorial do Estado da Bahia**. 2015. Disponível em: http://www.seplan.ba.gov.br/arquivos/File/politica-territorial/PUBLICACOES_TERRITORIAIS/Historico_da_Politica_Territorial_da_Bahia.pdf. Acessado em: 01 nov. de 2017.

DOWBOR, Ladislau e POCHMANN, Marcio (org.). **Políticas para o desenvolvimento local**. São Paulo: Fundação Percecu Abramo, 2010.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 5ª ed., 2016.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 7. ed., 2013.

PEREIRA, Fransielson dos Santos. **As transformações socioespaciais na área de influência direta decorrente das intervenções do Estaleiro Enseada do Paraguaçu no Distrito de São Roque do Paraguaçu em Maragogipe-Ba**. [monografia]. UFBA: Salvador, 2014.

PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2. ed., 2006.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 3. ed., 2009.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia.** São Paulo: USP, 6. ed., 2. reimp., 2014.

_____. **O espaço do cidadão.** São Paulo: USP, 2007.

TEBCHIRANI, Flávio Ribas. **Princípios de economia:** micro e macro. Curitiba: IBPEX, 3ª ed., 2011.

ZAPATA, Tânia. Desenvolvimento territorial endógeno: conceitos, dimensões e estratégias. In: ZAPATA, Tânia; AMORIM, Mônica e ARNS, Paulo Cesar. **Desenvolvimento territorial.** Florianópolis: SEaD/UFSC, 2007.